

Carta Compromisso ANAIDS - candidaturas à Presidência da República

A Articulação Nacional de Luta Contra a Aids – ANAIDS – é uma rede que reúne Fóruns Estaduais de ONG/AIDS, Redes, Coletivos e Movimentos de Pessoas Vivendo com HIV/Aids democraticamente eleitos em fóruns locais e encontros regionais. A ANAIDS atua desde 2003 na construção e monitoramento das políticas públicas de saúde com foco no HIV/aids e suas coinfeções, bem como no enfrentamento aos determinantes sociais de saúde.

CONTEXTO:

Para alcançarmos metas ousadas, como a eliminação da Aids enquanto problema de saúde pública até 2030, precisamos enfrentar de forma contundente os contextos de desigualdades e iniquidades sociais que, historicamente, violam os direitos fundamentais de populações mais vulnerabilizadas. É necessário reforçar o compromisso político com o enfrentamento da pobreza bem como com a garantia dos direitos humanos. Neste sentido, é urgente que o futuro governo enfrente de forma contundente discursos, ações e propostas antidemocráticas, fundamentalistas e conservadoras que têm orquestrado ataques sistemáticos aos direitos sexuais e reprodutivos e reproduzido discursos e práticas discriminatórias contra populações mais vulnerabilizadas, especialmente trabalhadores e trabalhadoras sexuais, pessoas travestis e transexuais, pessoas em contexto de uso de drogas, imigrantes, pessoas em situação de rua e população privada de liberdade. Neste esteio, é necessário que se reforce o compromisso inexorável com uma agenda de direitos e com o enfrentamento do estigma e da discriminação que permeiam o cotidiano das PVHAs, tendo na centralidade o enfrentamento das violências estruturais, como o machismo, o racismo, a lgbtqia+fobia - especialmente a transfobia - e as desigualdades e iniquidades sociais, econômicas, culturais e geracionais.

A partir de uma breve análise conjuntural da resposta nacional ao HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e outras IST e suas coinfeções, sublinhamos desafios importantes que exigem compromisso do futuro governo federal, conforme os destacados a seguir:

- **O subfinanciamento do SUS** e os ataques sistemáticos a princípios basilares de nosso sistema público de saúde, ameaçam a universalidade de acesso e integralidade no cuidado. Devemos estar atentos para o fortalecimento e a sustentabilidade do SUS e a implementação de políticas baseadas em evidências científicas. Não há resposta ao HIV/AIDS, sem um sistema de saúde robusto e bem estruturado em todas as instâncias federativas.
- **Garantir a soberania nacional é ação estratégica para sustentabilidade da resposta à AIDS.** Não basta incorporar novas tecnologias, é preciso impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias. É urgente investimentos que possibilitem a reestruturação e ampliação do parque tecnológico nacional, garantindo a autonomia brasileira na produção e desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras de diagnóstico, prevenção e tratamento assim como a redução de custos. Ampliar o investimento em desenvolvimento tecnológico e pesquisas científicas é fundamental numa agenda de soberania nacional, além da retomada das discussões acerca da declaração de interesse público e licenciamento compulsório de fármacos estratégicos e que impactam diretamente na qualidade de vida das PVHA, das pessoas afetadas pela tuberculose e das populações mais vulnerabilizadas.
- **Fortalecimento da resposta institucional** Fortalecimento do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais, Sífilis e outras IST, do Ministério da Saúde.

- **Prevenção é direito:** o acesso a novas estratégias e tecnologias de prevenção é um direito e, neste sentido, o futuro governo tem que ter estratégias para garantir o acesso universal a PReP de longa duração, especialmente ao Lenacapavir, que tem se destacado devido às evidências incontestáveis de impacto na redução de novas infecções de HIV, inclusive populações mais vulnerabilizadas.
- **Políticas intersetoriais e integradas:** o fortalecimento e o compromisso com priorização com a agenda de territorialização do **Programa Brasil Saudável**, por contemplar demandas históricas dos movimentos de luta contra a Aids e Tuberculose, através de uma proposta singular, inédita e inovadora, integrando 14 ministérios na construção de uma resposta articulada de enfrentamento aos determinantes sociais em saúde.
- **Financiamento e sustentabilidade da resposta comunitária.** Ressaltamos a relevância das comunidades na liderança da resposta à epidemia de Aids, precisamos garantir a participação efetiva e o protagonismo dos movimentos sociais em todas as etapas de construção de políticas públicas. Para tanto, além da garantia da participação e da autonomia dos movimentos sociais, é necessário o compromisso com o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade técnica, política e financeira das organizações da sociedade civil, através de iniciativas que financiem de forma sistemática o fortalecimento institucional das organizações da sociedade civil organizada.
- **Enfrentamento do estigma e o preconceito** Desenvolver mecanismos institucionais e ações para enfrentar o estigma, preconceitos e discriminação que permeiam o viver com HIV, Aids, Tuberculose e outras ISTs comprometendo-se com políticas públicas baseadas nos direitos humanos e centradas nas pessoas, garantindo acesso integral e universal ao diagnóstico e tratamento qualificado e articulado com políticas de proteção social.

Assim, buscando uma efetiva resposta à epidemia, o candidato assegura o compromisso inexorável com a garantia da participação social na construção de políticas públicas e com a justiça social.

Data

Assinatura